

Saúde que se constrói antes da doença



» WADIH DAMOUS
Diretor-presidente da
Agência Nacional de Saúde
Suplementar (ANS)

Isso exige mudança de cultura institucional. Devemos transitar do modelo de pagamento por volume, que, muitas vezes, incentiva o excesso de exames desnecessários, para a lógica de geração de valor em saúde. Quando antecipamos riscos por meio do uso inteligente de dados, da interoperabilidade e do monitoramento contínuo, preservamos a saúde financeira das operadoras e garantimos dignidade e qualidade aos beneficiários que confiam no sistema.

Essa transformação não ocorre no vácuo. Não podemos discutir prevenção de forma isolada das condições concretas do cotidiano das pessoas. O ambiente corporativo, onde reside a maior parcela dos usuários dos planos coletivos empresariais, é cenário dessa metamorfose. A saúde do trabalhador é motor da economia e o adoecimento laboral, gargalo que compromete a competitividade do país.

Assim, o debate sobre saúde mental e jornadas de trabalho ganha relevância sem precedentes. Discussões sobre o equilíbrio entre vida pessoal e profissional e a revisão de escalas exaustivas são hoje pautas indissociáveis da agenda regulatória da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Jornadas que não permitem o descanso restaurador, a prática de atividades físicas e o convívio social funcionam como fábricas de sinistros. O absentismo, o presenteísmo e o burnout são sintomas de modelo que negligenciou o bem-estar como ferramenta preventiva.

A tecnologia já oferece o arsenal necessário para essa virada. Programas de medicina preventiva e

integração de dados por meio da inteligência artificial (IA) já permitem identificar quem está prestes a descompensar. No entanto, ainda esbarramos no obstáculo cultural do engajamento. Sem a adesão do indivíduo, a tecnologia é subutilizada.

O desafio é coletivo e exige uma tríade de responsabilidades: as operadoras devem migrar para modelos de remuneração baseados em desfechos clínicos, investindo em atenção primária à saúde robusta, que coordene o cuidado; as empresas contratantes precisam compreender que o plano de saúde não é um custo de gestão de pessoas, mas ferramenta estratégica de produtividade; e os beneficiários precisam ser empoderados com letramento em saúde, tornando-se protagonistas de sua jornada.

A ANS reafirma seu papel fundamental como indutora de boas práticas. Incentivar programas de promoção à saúde auditáveis e que tragam resultados clínicos reais é o caminho para que o setor prospere.

Neste Dia Mundial da Saúde, deixo uma reflexão: a saúde não começa no hospital ou na mesa de cirurgia. Começa no prato de comida, na qualidade do sono, no equilíbrio da jornada de trabalho e na prevenção primária. Investir preventivamente não é um custo a ser reduzido, mas o único investimento capaz de garantir que o sistema de saúde suplementar continue existindo para as próximas gerações. O futuro da saúde no Brasil não será escrito com bisturis, mas com as escolhas conscientes que fazemos hoje.

Saara Ocidental, respeito radical



» DORGIL SILVA
Jornalista, foi programador de computadores, servidor do STJ, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados

» MARIA JOSÉ MANINHA

Foi presidente do Sindicato dos Médicos, deputada distrital e federal e secretária de Saúde. É presidente da Asaarai, ação de solidariedade ao povo Saaraui

Na era da inteligência artificial (IA), esperamos a intensificação da busca da verdade. Impõem-se, no entanto, até agora, dificuldades para a verificação de fatos, prejudicando informações e correção de argumentos.

A ausência de efetivo controle popular, social e, consequentemente, institucional, permite a um número reduzidíssimo de pessoas controle quase absoluto do que circula socialmente com o uso da internet.

É notório que milhões produzem e lançam nas redes conteúdos informativos coerentes com teorias legitimadas. Divulgam ciência e organizam-se, democrática e respeitosa, pessoas e grupos que difundem ideias, como a distribuição de riquezas e a solidariedade aos infelizes e desprotegidos por relações perversas, violadoras — sejam internacionais, sociais, entre classes ou entre pessoas.

Os algoritmos utilizados para calcular o que é mais acessado, assim como os conteúdos mais frequentemente apoiados, potencializam a divulgação de algumas produções em detrimento de outras. Como expressões matemáticas, os algoritmos captam mais, porque em maior número as desinformações são lançadas por milhares de exércitos patrocinados e monetarizados, apoiadas na lógica gerencial das Big Techs (maiores empresas de tecnologia do mundo).

Além de robôs, há “generalatos influencers”, bem pagos, comandando milhões de soldados, seguidores sem soldo. Sob falso conceito de liberdade, indignam valores construídos pela humanidade, sedimentados no direito constitucional, no direito internacional, como os de soberania e liberdade.

Vejam o caso, hoje “invisível”, do Saara Ocidental. É a última colônia na África. A ONU reconhece o país como pendente de descolonização. A Corte Internacional de Haia e o Tribunal de Justiça da União Europeia já sentenciaram que o país colonizador, Marrocos, em nenhum momento da história exerceu soberania no território do Saara Ocidental, que inclui as riquezas do deserto até o mar.

Apesar disso, ao longo de 50 anos de invasão e colonização marroquina — e de resistência resiliente do povo saaraui —, os meios de comunicação, inclusive redes sociais, veiculam qualquer manifestação do Reino do Marrocos, enquanto desconhecem as denúncias de violação, de torturas prisionais e da existência de um muro de mais de 2.740 km com milhões de minas explosivas que impede as pessoas do Saara Ocidental de viverem juntas em seu território. Silêncio quase absoluto.

Hoje, a República Saaraui tem cinco estados, três governados por mulheres, que detêm 42% das cadeiras do parlamento. É uma das Repúblicas com maior índice de participação feminina no mundo, na política, no ambiente institucional, social e nos postos de trabalho, educação, saúde, e participam de ações militares de defesa do seu povo. Respeito radical às mulheres em um povo muçulmano, milenar.

Lá no Saara Ocidental, na parte liberta, assim como nos acampamentos de refugiados, o feminicídio é zero, não há violência doméstica, 100% das crianças estão na escola. São fatos de interesse jornalístico, sociológico, político, no mínimo surpreendentes.

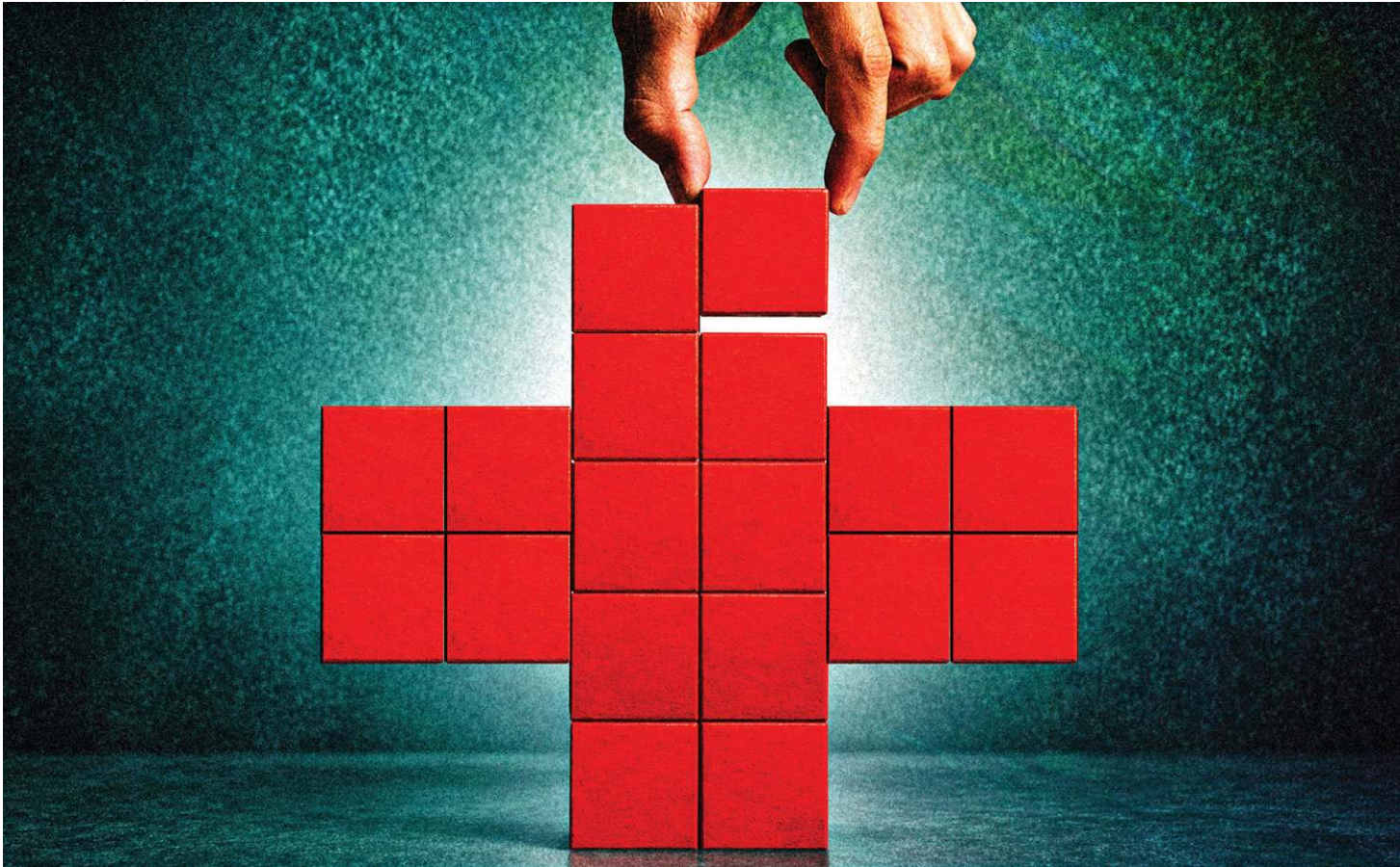
Tudo isso não se dá a conhecer. Em lugar, factoides prevalecem sobre o Saara Ocidental, impulsionados pela ação propagandística de Marrocos. Até decisões do Conselho de Segurança da ONU são divulgadas com significado falso por altas autoridades marroquinas. As “fakes” versões são publicadas, quase todas as matérias sem quaisquer contraposições ou esclarecimentos. Os saaraus não são ouvidos. É importante repudiar a desinformação, lançar luz forte, como o sol do deserto, sobre toda e qualquer verdade.

O jornalista Hélio Doyle e o historiador Sayid Tenório estiveram nos acampamentos de refugiados saaraus, situados em Tindouf, na fronteira da Argélia. Em 9 de abril, no Teatro dos Bancários, eles lançam juntos livros que trazem luz sobre o drama do Deserto do Saara. Isso ocorre em Ato de comemoração dos 50 anos da República Saaraui, que começa às 19 horas com o Grupo musical Accordi.

Quem também esteve nos acampamentos foi o prestigiado ator espanhol Javier Bardem. Ele produziu o filme *Hijos de las nubes*, sobre o Saara Ocidental. O documentário venceu o prêmio Goya de cinema em 2013, mas será exibido pela primeira vez no Brasil na mesma noite de 9 de abril, no Teatro dos Bancários. No Foyer, além de exposição de fotos, haverá uma tenda típica saaraui, a jaima.

É uma oportunidade de driblar a lógica dos algoritmos, obter boa informação e saborear um coquetel de conhecimento cultural. Um ato de respeito radical à autodeterminação dos povos, à cooperação e à solidariedade.

Maurenilson Freire/CB/DA Press



O que a lei não vê, o setor da construção já faz



» EDUARDO AROEIRA
Vice-presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e presidente do Serviço Social da Indústria da Construção do Distrito Federal (Seconci-DF)

diversos serviços médicos assistenciais e ocupacionais, de segurança do trabalho, de odontologia, além de atendimento psicossocial. Já as empresas têm apoio e suporte para o cumprimento das obrigações legais quanto a segurança e saúde do trabalho.

Essas iniciativas não substituem a legislação trabalhista, mas demonstram que o setor desenvolve soluções próprias, relevantes para esse debate. A pergunta que parece sem resposta é: na hora de votar novas obrigações trabalhistas, esse esforço voluntário de um setor relevante como a construção civil é levado em conta?

Sobre a escala 6x1, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção afirma que reduções de jornada costumam exigir ganhos equivalentes de produtividade. A construção civil tem dinâmicas próprias, como prazos contratuais, fases de concretagem, e não podem ser interrompidas no meio. As equipes funcionam em escalas que dependem do andamento físico da construção, não do calendário da semana.

O setor demonstra, na prática, que pode avançar na proteção aos trabalhadores para além do que a lei exige. Além do Seconci-DF, conta com o instrumento da negociação coletiva. Proibir a escala 6x1 por PEC retira essa flexibilidade sem oferecer ganho real ao trabalhador da construção, que, em muitos casos, opta por trabalhar no sábado e compensar a folga em outro dia mais conveniente para ele.

A negociação coletiva, como a Convenção 2025-2027, firmada entre Sinduscon-DF e o sindicato dos trabalhadores, resolve essas questões. Esse instrumento permite ajustar jornadas e compensações de forma mais próxima da realidade do canteiro.

Sobre a nova lei de licença-paternidade, a ampliação é bem-vinda e permitirá ao pai conviver por 20 dias com a família, com custo a ser pago pelo INSS. Mas deixa um problema sério em aberto.

No canteiro, a ausência de um trabalhador qualificado por 20 dias é uma interrupção real na cadeia produtiva. A construção civil vive um período de forte demanda por mão de obra e enfrenta dificuldade para encontrar trabalhadores qualificados. Por isso, é difícil substituir um armador ou operador experiente. A consequência pode ser o alongamento de prazos e o eventual repasse de custos ao preço final das obras.

Esse quadro ocorre em um momento de conflito militar envolvendo EUA, Israel e Irã, que tem elevado o preço do diesel (30% do produto são importados), insumo essencial e de impacto direto nos custos da construção. Em um contexto assim, mudanças nas regras trabalhistas exigem ainda mais cautela.

A situação da Previdência Social é outro agravante. Em 2025, o gasto anual com benefícios previdenciários ultrapassou R\$ 1 trilhão, com rombo de R\$ 317 bilhões no Regime Geral, informa o governo. Acrescentar um novo benefício com impacto fiscal estimado em R\$ 5,44 bilhões anuais, quando em plena vigência, é uma decisão que exige avaliação fiscal rigorosa.

A construção civil do DF faz a sua parte. Cuida da saúde, da educação e do bem-estar de seus trabalhadores e famílias por escolha própria, inclusive pela ação decisiva do sistema Seconci. De 1988 a 2025, foram quase 4,2 milhões de atendimentos pela entidade no Distrito Federal. O setor espera, em troca, que novas regras sejam avaliadas com o mesmo senso de responsabilidade, levando em conta o que já funciona na prática.

O Congresso Nacional conduz audiências públicas sobre a proposta de emenda constitucional que pode pôr fim à escala 6x1. E em 4 de março, o Senado aprovou a lei que amplia a licença-paternidade de cinco para 20 dias, texto que recebeu a sanção presidencial no fim de março. São mudanças de grande alcance tramitadas no Legislativo e que impactam a construção civil, principal motor da economia do Distrito Federal.

Este artigo traz ao debate um ponto pouco considerado no processo político: antes de o legislador agir, o setor já implanta ações relevantes para o trabalhador.

Desde 1988, a construção civil mantém o Serviço Social da Indústria da Construção do Distrito Federal (Seconci-DF), integrado a um sistema atuante em outros estados. Ele tem seu embrião em 1964, em São Paulo. Em razão do sucesso alcançado, foi implantado na capital federal pelos empresários em parceria com o sindicato dos trabalhadores.

O Seconci-DF cuida da saúde, da segurança e do bem-estar dos trabalhadores dos canteiros e de suas famílias. É uma iniciativa voluntária estabelecida na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria. Por meio da entidade, os trabalhadores têm acesso a programas de alfabetização, a